

A GEOGRAFIA E JAN BITOUN¹

THE GEOGRAPHY AND JAN BITOUN

Entrevista com Jan Bitoun²

Entrevistadores:

Eliseu Savério Sposito³

Paulo Fernando Jurado da Silva⁴

Paulo: *A primeira pergunta tem relação com uma questão de ordem biográfica para procurar compreender um pouco de sua trajetória acadêmica. Desse modo, porque optou pela Geografia, por que veio ao Brasil e escolheu a região Nordeste para trabalhar e viver?*

Jan: Por que Geografia? Identifico alguns momentos na minha vida que foram decisivos: O ponto de partida ocorreu antes mesmo de ser alfabetizado, com cinco anos, quando meus pais me deram um livro com ilustrações das casas de diversos países do mundo. Assim configuravam-se, por meio da observação do habitat, o homem na terra, como diria Pierre George, o gosto e a curiosidade pela diversidade do mundo. Inicialmente, de modo muito simples: Lembro que gostei muito da casa dinamarquesa inserida no espaço rural. Em seguida, sempre gostei muito de mapas, observando Atlas e brincando com quebra-cabeças de mapas representando divisões políticas do mundo dos continentes e de alguns países. Estava crescendo em Paris, onde se encontravam muita informação e muitos povos diversos. Com dez anos, saía de metrô, compondo itinerários de visitas em diversos bairros, entrando livremente nos pátios dos prédios cujo acesso era livre na época. Usava um guia extremamente detalhado que destacava os aspectos históricos das paisagens dos bairros ou de um detalhe, uma coluna, um chafariz num pátio... Esses passeios fortaleceram meu gosto pela Geografia e pela História: duas disciplinas que associava no colégio e no liceu e entre as quais balancei na hora de ingressar na universidade. Escolhi a Geografia porque pensei que havia nela um lado mais ativo, mais relacionado com o presente, que me atraía. Alias, no curso de Geografia havia muitas disciplinas ministradas por professores de História e, na minha Universidade, as aulas mais brilhantes que me marcaram mais foram nesta disciplina, especialmente aquelas dos professores Robert Mandrou, Frédéric Mauro, René Rémond, François Crouzet e Serge Berstein. Em Geografia, destaco as aulas de Paul Pélissier, em geografia agrária da África tropical.

Porque o Brasil e o Nordeste? Há uma motivação geral de ordem psicológica: desde cedo havia a vontade de morar no exterior, quando criança queria ser marinheiro,

¹ Essa entrevista foi transcrita por Silmara Bernardino e revisada pelo entrevistado e entrevistadores. E-mail: gasperrsilmar@gmail.com.

² Professor Doutor na Universidade Federal de Pernambuco, ministrando cursos e orientando alunos nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. E-mail: jbitoun@terra.com.br.

³ Professor Doutor da FCT/UNESP, Presidente Prudente. E-mail: essposito@gmail.com.

⁴ Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP, Presidente Prudente e bolsista da FAPESP. E-mail: pjurado@uol.com.br

depois embaixador, sempre me imaginava em outros países. Há uma motivação política própria da minha geração, a geração dos jovens de 68: a América Latina exercia uma atração, especialmente sobre os jovens orientados ideologicamente à esquerda, leitores do livro de Régis Debray “La Critique des Armes” (publicado em português pela editora Seara Nova em 1977), tratando dos movimentos revolucionários no subcontinente. Há uma motivação mais “acadêmica”: sobre o Brasil, recebi muitas informações. Desde o último ano do científico em 1966/1967 no Liceu Carnot, despertavam interesse sobre o país as falas do professor de Filosofia, Jean Maugüé. Quando jovem, em 1935, participou da missão francesa na Faculdade de Filosofia de São Paulo – FFLCH, com Pierre Levi Strauss e com Pierre Monbeig. Jean Maugüé é citado em Tristes Trópicos de Pierre Levi Strauss e escreveu mais tarde um livro de memórias (Les Dents Agacées. Paris: Buchet Chastel, 1982). Já li um artigo sobre Maugüé na Folha de São Paulo. Coincidentemente, no mesmo ano, estudávamos o Brasil em Geografia e li, em tradução francesa, os livros Geografia da Fome, de Josué de Castro e Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, dois recifenses. Na Universidade, também, o professor de geomorfologia tropical, Jean Pierre Demangeot, tratou muito do Brasil. Na cultura, o país era, sobretudo, representado pelo Cinema Novo de Glauber Rocha e na música ainda pela bossa nova, mas também pelo início da Tropicália. Cinema e música orientavam-nos a ver o Brasil a partir do Nordeste e da “periferia” fora da região “core”.

A construção concreta da minha imigração para o país se deu por etapas: No primeiro ano de faculdade, nas férias natalinas, passei alguns dias em Lisboa e, apesar da tristeza lusitana agravada pela ditadura do sucessor de Salazar, Marcelo Caetano, e da guerra na África, que configuravam uma sociedade muito pesada, Lisboa me seduziu. Decidi que voltaria para desenvolver meu trabalho de final de graduação e comecei a estudar português. Consegui uma bolsa e, no quarto ano, o da “Maitrise”, fiquei nove meses na Universidade de Lisboa, desenvolvendo uma pesquisa, sob a orientação na França do Professor Jean Bastié, tratando da Baixa, como centro tradicional dos negócios de Lisboa. Conheci os professores Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau, Ilídio do Amaral e meus contatos maiores eram com os professores assistentes Teresa Barata Salgueiro e Jorge Gaspar. Essa estadia em Portugal fortaleceu a construção de laços com o Brasil. Voltando à França, ingressei por meio de concurso nacional da “Agrégation” na função pública como professor, mas logo precisava cumprir as obrigações do serviço militar. Escolhi realizá-lo na Cooperação Técnica, devendo então ser mandado durante dois anos numa universidade no exterior. Havia escolhido o Brasil, mas a administração me mandou ao Canadá, onde ensinei Geografia na graduação da Universidade de Alberta, em Edmonton. Lá, pela primeira vez, conheci os grandes espaços, as regiões pioneiras “periféricas”, a diversidade étnico-cultural na formação do país, em padrões muito diferentes da Europa. Após esses dois anos, voltei à França, passando pelo Japão e pela União Soviética que sediava em 1976 o Congresso da UGI. Participei da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional em Dushanbé (Tadjiquistão) e assisti a apresentação da Professora Bertha Becker (vice-presidente da Comissão) tratando das transformações do espaço ao longo da estrada Belém-Brasília, em particular, na sua parte setentrional de savanas do norte de Goiás (a partir de 1988, o Estado de Tocantins) e das florestas da Amazônia Oriental (BECKER Bertha K., 1976, *A hypothesis concerning the origin of urban phenomenon in a resource frontier*

of Brazil, IIIrd Meeting of the Commission on Regional Aspects of Development, Dushanbé-USSR, 14 p.). Na visão de Bertha Becker, muito me impressionou a capacidade de ligar o concreto, as transformações do espaço com uma geopolítica do território brasileiro, centrado no destino da Amazônia. As conversas com a professora da UFRJ foram decisivas para a escolha do tema da minha tese de Doutorado (BITOUN Jan, 1980, *Ville et développement regional dans une région pionnière au Brésil: Imperatriz- Maranhão*, Paris, Thèse Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, 274 p.), cuja concepção iniciei sob a orientação do Professor Michel Rochefort, logo na minha volta à França, em paralelo ao exercício da profissão. Em julho e agosto de 1977, para elaboração do projeto, pela primeira vez viajei pelo Brasil ficando um bom tempo em Imperatriz. Encontrei, conforme havíamos combinado, meu orientador no Recife onde morou no início da década de 1960 e para onde retornara a convite do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, recém criado e coordenado pelo Professor Manuel Correia de Andrade. Uma pesquisadora do laboratório de Michel Rochefort, Raymonde Ladefroux era professora visitante do programa, mas após um ano voltou à França. Sabendo do meu desejo de migrar para o Brasil, Michel Rochefort incentivou-me a mandar meu currículo à Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Após muitos trâmites administrativos, tanto do lado francês, para conseguir licença da função pública, como do lado brasileiro, cheguei em junho de 1979 na UFPE, onde trabalho até hoje.

Eliseu: O Rochefort, nessa ocasião, já fazia um estudo sobre cidades médias como Londrina e Campina Grande, por exemplo.

Jan: Rochefort, desde o final da década de 1950 havia trabalhado o conceito de rede urbana e participado da concepção das Metrôpoles de Equilíbrio na política francesa de “Aménagement du Territoire” (Ordenamento Territorial) visando combater a excessiva concentração em Paris. Elaborou, com Jean Hautreux, um método de análise da hierarquia urbana e da polarização regional das cidades fundamentado na análise de serviços e mensuração de fluxos. Logo, a concepção das Metrôpoles de Equilíbrio e o Método Rochefort – Hautreux começam a influenciar a Geografia Brasileira, no IBGE e na academia. Há um artigo muito interessante de Orlando Valverde (VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-79, 1958.) porque nele, o autor, após trabalhar com a metodologia da região geográfica agrária, noticia que apareceu um novo método de regionalização, o Método Rochefort-Hautreux, centrado na influência das cidades. Nesse artigo, capta-se exatamente o momento em que chega essa inflexão, ou melhor, ruptura metodológica, no Brasil. No início dos anos 1960, o IBGE empreende as pesquisas tratando da hierarquia urbana e da influência regional das cidades que deram origem à série de publicações sucessivas em 1972, 1987, 1993 e a REGIC de 2008. Na década de 1970, são instituídas as nove Regiões Metropolitanas iniciais, numa perspectiva de planejamento urbano, mas também regional na escala do país. Já na década de 1980, adotando a lógica da difusão hierárquica das inovações por meio da rede urbana, é implantado um Programa de Cidade de Porte Médio. Mas a crise das finanças públicas em 1983, que se prolonga até praticamente o fim do século, impossibilita as políticas territoriais de longo e médio prazo. Alguns investimentos, de caráter imediatista, são então disputados e orientados por mediações políticas.

Parece-me que Rochefort participou da concepção do Programa, sobre o qual fez em seguida uma severa avaliação crítica. Michel Rochefort foi sempre um elo entre a Geografia Brasileira e a Francesa, tanto na sua vida pessoal quanto nas atividades acadêmicas e na sua vinculação com o planejamento urbano-regional. Há alguns anos, passei com ele, em Boa Viagem, onde observou, com emoção, o pequeno prédio onde morou, ainda um dos únicos a se manter daqueles existentes nos anos 1960. No ano passado, em dezembro, por ocasião de um seminário intitulado “Imperatriz, Cidade Média”, fui convidado pela Professora Luciléa Ferreira Lopes, da UEMA, a proferir as conferências de abertura e de fechamento e, graças à gentileza dos colegas de Imperatriz, pude voltar a percorrer itinerários percorridos há trinta anos. Nessa ocasião, como Rochefort em Boa Viagem, também senti emoção, vivenciando diretamente a natureza do espaço, como técnica e tempo, razão e emoção (SANTOS Milton, 1996, *A Natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção*, São Paulo, Hucitec. 308 p.). Após essa visita, enviei uma mensagem à Professora Bertha Becker, principal artesã, com Michel Rochefort, da minha chegada no Brasil.

Paulo: Avaliamos seu currículo para saber obviamente quais são os temas que mais compõem e a ideia de tipologia das cidades brasileiras é uma daquelas que mais estão presentes, assim como a expressão de ‘Políticas Territoriais’. Nesse sentido, gostaríamos que relacionasse tais noções numa visão geográfica para compreender o Brasil atual:

Jan: Vou tentar, mesmo se não é nada fácil (risos). Precisa ter como, ponto de partida, a concepção técnico-científica e geopolítica das políticas territoriais de desenvolvimento. Quais escalas são consideradas prioritárias nessas políticas territoriais e quais são as concepções vigentes nas relações cidade/região, ou de modo mais geral, nas relações cidade/ território. Em função das conjunturas econômicas e do quadro político, destacando-se no caso brasileiro a natureza do arranjo federativo, as políticas territoriais se transformam no decorrer do tempo. Na década de 1960, no Brasil, imperava um modelo de desenvolvimento urbano industrial, com muito entusiasmo, pensando nos dois polos da ação de Juscelino Kubitschek, a industrialização e a criação de Brasília. Davam-se as condições de expansão territorial ao processo de desenvolvimento urbano-industrial, que desde a década de 20 havia iniciado em São Paulo e concentrado em 70, 80% do PIB na Região Sudeste, sendo 40% na Grande São Paulo. Nesse contexto, pensar numa política de desenvolvimento regional, em escala nacional, demandava certa desconcentração, mesmo sendo em continuidade ao modelo urbano-industrial. Considerando as condições geopolíticas e as tensões fortes em prol da Reforma Agrária, a ideia das metrópoles de equilíbrio, importada da França, passa a ser funcional. Milton Santos (SANTOS, Milton. *Crescimento nacional e nova rede urbana: O exemplo do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 29 n.4 out.-dez. 1967 p. 78-92.) expõe essa visão da rede urbana brasileira, com as metrópoles de São Paulo e Rio, definindo as demais grandes aglomerações como “metrópoles incompletas”. A institucionalização das regiões metropolitanas, todas, menos São Paulo e Rio de Janeiro que já havia perdido o status de capital do país, “incompletas”, e a implantação de políticas visando fortalecer essas aglomerações, não podem ser vista somente como uma oportunidade para a gestão

interna da aglomeração, mas deve ser considerada como uma estratégia de desenvolvimento regional no âmbito do modelo urbano-industrial. Às metrópoles, corresponde a macro regionalização do país. A ideia de que as inovações fluem de cima para baixo, por meio da rede urbana, encontra-se também no Programa de Cidades de Porte Médio, já falado. Como quem estudava em geral morava nas metrópoles que sediavam os grandes centros acadêmicos, o Brasil urbano-industrial foi pensado a partir dessas metrópoles. A separação na nossa disciplina da Geografia Agrária e da Geografia Urbana, no âmbito da qual minguaram os estudos regionais, foi um empecilho a estudos mais integrados. Mas qual é o debate atual?

O debate é em torno do policentrismo, isto é, de não pensar tanto o Brasil numa visão hierarquizada de metrópole, cidade média e cidade pequena por meio das quais a difusão das inovações se dá de cima para baixo. Mas trata-se de pensar o Brasil a partir das articulações entre escalas e da conectividade entre as cidades, quaisquer que sejam os tamanhos delas, com suas regiões. O panorama é mais complexo em função da globalização, desde os anos 1990: decisões empresariais podem promover uma cidade média ou pequena a status de centro da logística de uma atividade produtiva, selecionando espaços quase virgens de infraestruturas ou já dotados de infraestruturas em período anterior pelo estado. No primeiro caso, temos o exemplo da Bunge em Uruçuí (uma pequena cidade) no Piauí e, no segundo caso, já anteriormente preparado para servir de retaguarda ao grande empreendimento de Carajás, da Suzano em Imperatriz, respectivamente vinculadas à soja e à celulose. Evidentemente os grandes grupos empresariais orientam as decisões estatais, como foi o caso da Política de Eixos de Desenvolvimento do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Plano de Aceleração do Crescimento no segundo Governo Lula e no atual Governo Dilma. Outra característica atual deve-se à transformação do Brasil rural, considerando que, desde os anos 1970, houve políticas de incentivos ao agronegócio e, mais recentemente, sob a pressão dos movimentos sociais, políticas de apoio à agricultura familiar. Então, considerando também a questão ambiental, seus embates cruciais em todo o país com ênfase na Amazônia, e as questões da diversidade étnico-cultural e da sua imensa desigualdade, o Brasil precisa mesmo encontrar um modelo de desenvolvimento muito mais cuidadoso dos homens e da terra que o modelo urbano-industrial. Isso exige estudos em escala mais fina, propiciados pela multiplicação dos centros acadêmicos em cidades médias, sem esquecer que a articulação das escalas é fundamental e uma abordagem territorial relacionando a cidade à sua região. No policentrismo, mesmo se não desaparece a hierarquia urbana, esta deixa de ser o único marco norteador. O conceito de conectividade da cidade com sua região e para fora dela, em função da sua situação geográfica, das estratégias empresariais, estatais, expressos nas diversas instâncias federativas, e públicas, incluindo aí a força dos movimentos sociais e étnicos culturais na formação de identidades sociais e territoriais. Os trabalhos da ReCiMe inscrevem-se nesse contexto de uma transição conceitual e metodológica, vinculada a transformações econômicas e políticas. Somente para exemplificar, lembro que houve mais de 3.000 conferências municipais da cidade preparatórias para a 1ª Conferência da Cidade em 2003. Então, apesar dos aspectos normativos, houve 3.000 discursos de demandas reivindicando atenção para realidades vividas no que se costuma chamar de rincões do território brasileiro. E o que os urbanistas, os formuladores de e operadores de políticas urbanas sabiam fazer? Políticas para as grandes metrópoles, onde foram

sediados os cursos de desenvolvimento urbano na década de 1970 associados à constituição dessas grandes regiões metropolitanas.

Essa dificuldade de entender mesmo o que é a diversidade da cidade no Brasil fez com que nos últimos anos houve um investimento grande na produção de conhecimento sobre essas cidades não metropolitanas, sobre o Brasil não metropolitano, que representa aproximadamente a metade da população brasileira. Um pouco mais da metade da população brasileira está nas metrópoles ou em capitais regionais, ambas reunidas nas áreas de concentração de população (as ACP do IBGE) correspondendo a 376 municípios. Outra metade está em 5.189 municípios, toda com uma cidade sede. Mas, na sua grande maioria, são centros rurais profundamente e diretamente componentes do campo. Algumas capitais regionais (na classificação da REGIC do IBGE) e algumas das cidades desse universo de 5.189 municípios são exatamente as cidades intermediárias que estão se transformando em função das dinâmicas territoriais em curso no Brasil. Urge desenvolver estudos sobre todo esse universo, com destaque para as cidades intermediárias na perspectiva do policentrismo e não de uma visão hierárquica como imperava no passado.

Por mais reducionistas que sejam as classificações, tipificações e regionalizações, elas são necessárias como um passo metodológico para contrabalancear o nosso tradicional apego ao método monográfico e para debater os conceitos e os métodos que as originaram, sempre vinculadas à concepção de desenvolvimento. Pela sua dimensão e pela sua diversidade, o Brasil é excepcional: O Bioma Cerrado tem uma área equivalente à do México. A Amazônia e o Pantanal têm uma extensão parecida com a da União Europeia. Metrópoles, cidades intermediárias, pequenas cidades do campo diferenciam-se não só pelo tamanho e a posição numa hierarquia mas, também, pelas relações que mantêm em diversas escalas e com regiões circundantes, caracterizadas por motivos naturais e por um processo de ocupação que ainda está em andamento em uma boa parte do Brasil. Aqui, em Presidente Prudente, vocês vivem numa cidade do oeste paulista que tem menos de 100 anos. Isso significa que no tempo de uma ou duas gerações houve uma transformação socioespacial radical, reconfigurando ou anulando territorialidades pretéritas. Mais para oeste, esse processo se reproduz sob nossos olhos.

Do ponto de vista metodológico, há uma diferença entre tipificações e regionalizações. As primeiras visam classificar sem compromisso com a continuidade territorial; as segundas, sim. Portanto, as regionalizações podem ser mais aderentes à identificação de identidades territoriais, considerando a importância da construção de relações horizontais entre entes federativos e de relações verticais entre União, Estados e Municípios. As políticas territoriais, tais como a dos Territórios Rurais, promovida pelo MDA e a dos Territórios de Identidade na Bahia, apresentam inovações importantes, mesmo se os resultados são desiguais, dependendo das dinâmicas sociopolíticas de cada território.

Num belo texto, (FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Presidente Prudente: Unesp, 2008. disponível em: http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf), Bernardo Mançano destaca que construir tipologias ou regionalizações é fazer

emergir uma representação, um “*território imaterial*”... “*relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.*” Assim, mesmo assumindo uma dimensão técnico-instrumental, essa atividade situa-se no âmbito de embates políticos e ideológicos.

Eliseu: Mas é daí que nasce a ideia de cidade com responsabilidade territorial?

JB: A ideia da cidade com responsabilidade territorial foi apresentada em Belém num seminário sobre “as cidades da floresta”. A ideia nasceu no decorrer dos estudos para construir uma tipologia das cidades brasileiras para o Ministério da Cidade, em 2005. A metodologia seguida visava associar cidades e territórios para permitir um diálogo na definição da Política de Desenvolvimento Urbano, a ser debatida no Conselho das Cidades. Outra equipe tratava da questão metropolitana e nós pudemos, desse modo, dar atenção ao Brasil não metropolitano. Observamos que existiam, no Brasil, cidades pequenas ou até muito pequenas que estavam numa situação peculiar: as distâncias que as separavam das cidades mais próximas eram consideráveis. Elaboramos um cartograma específico, de um modo muito simplificado, em linha reta entre centroides das sedes municipais para evidenciar essa situação. Ela ocorre em boa parte do Brasil dos Cerrados e da Amazônia, em regiões de baixas densidades populacionais. Quase todas essas cidades são centros locais que, segundo a REGIC, publicada posteriormente em 2008, exercem uma influência limitada ao território municipal, geralmente muito extenso, nessas regiões de baixas densidades. Mas essas cidades diferenciam-se da grande maioria dos outros centros locais do país, na mesma posição hierárquica no Brasil Oriental, onde as distâncias entre cidades são bem menores. Os centros locais, numa perspectiva hierárquica, são prestadores de serviços elementares e dificilmente atraem empreendimentos diferenciados do setor privado devido ao caráter limitado do mercado; algumas podem, até em função de uma especialização produtiva do seu entorno, atrair equipamentos especializados vinculados a essa especialização. Se, no Brasil Oriental, a população do campo e das cidades pequenas pode ter acesso à cidade vizinha e a uma cidade prestadora de serviços mais variados, a pouca distância, como é o caso na rede urbana paulista, é diferente, pois há muito menos nos Sertões da Bahia, essa possibilidade praticamente não existe para os moradores do campo e das pequenas cidades “isoladas” das quais estamos falando. Sem alternativa, a população fica na dependência exclusiva desse único centro. Mais ainda, se pensamos nas condições reais de deslocamento por meio das hidrovias e de trilhas e estradas vicinais que tornam muito difícil o acesso à própria sede municipal. Aliás, essa dificuldade de acesso à sede não é um fato limitado a essas cidades, devido às geralmente péssimas condições das estradas vicinais. Então, na concepção de políticas públicas, no universo das pequenas cidades, exatamente porque a população não tem escolha, precisa reivindicar uma “discriminação positiva” e uma política diferenciada devido a essa situação peculiar. Evidentemente, não se trata de grandes contingentes populacionais, mas cada indivíduo pode ser visto como portador de uma inteligência do espaço e se não puder encontrar oportunidades sociais, essa inteligência poderá ser desperdiçada. Trata-se de uma questão crucial para países com imensas regiões pouco povoadas (Sibéria na Rússia, Norte do Canadá e Amazônia no Brasil, por exemplo). Essas pequenas cidades distantes das outras devem, então, ser vistas pelo prisma da

“responsabilidade territorial” exclusiva e não simplesmente como são vistos centros locais em áreas mais densas onde, para a população, existem alternativas. Somente adotando essa ideia, as cidades de “responsabilidade territorial” poderão ser dotadas por meio de políticas públicas de serviços diferenciados (saúde, educação, cultura, serviços financeiros e outros) que o tamanho dessas cidades, como em outras partes do país, não garante.

Eliseu e Paulo: Jan, continuando com essa linha de raciocínio, nós queríamos saber como tem sido o trabalho em rede da ReCiMe e como também tem sido o fazer a pesquisa em rede.

Jan: Participo de duas redes, a rede Observatório das Metrôpoles, há tempos e, agora, a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias. Nesta, fui convidado no passado a participar de reuniões para fazer observações, contribuir para o debate, mas não estava envolvido em pesquisa da Rede de Cidades Médias. Agora estou encarregado, com colegas, na produção de um dos livros que terá o selo da ReCiMe. Aproximei-me da ReCiMe porque acho que é exatamente ela, pela natureza do objeto, que é capaz de recolocar a questão que mais me interessa, a da relação cidade-região. Foi a questão da minha tese de doutorado e, desse modo, volto aos meus primeiros amores. No âmbito da metrópole e da pesquisa intraurbana, nas pautas atuais nós observamos, em quase todas as cidades, o predomínio mesmo da renda da terra e da rendição do planejamento urbano aos valores veiculados pelo setor imobiliário monopolista. Os movimentos de resistência, os antigos oriundos das classes dominadas lutando para o solo (algo radical no ordenamento jurídico brasileiro) e a habitação (algo menos radical, tratando do Estado-provedor) vão demorar a construir uma contra hegemonia no âmbito do planejamento urbano. A ReCiMe, bem como pessoas da Rede Metrôpole como por exemplo, Rosa Moura, trabalham também com a dimensão regional, o que me parece uma perspectiva mais rica no Brasil atual. Entendi que os primeiros passos da Rede de Cidades Médias foi trabalhar determinadas cidades para compor um quadro, testar metodologias e criar metodologias. Foi muito positivo deixar de pensar a cidade seja por meio de estudos comparativas, seja em debates sobre o que é cidade média, de porte médio; será a mesma coisa? Refletindo também acerca das diferenças regionais quanto a essas duas noções.

Eu estou entusiasmado pelos avanços, em especial pelo esforço empreendido pela Rede de Cidades Médias para reatualizar conceitos importantíssimos da Geografia e que, às vezes, foram abandonados simplesmente porque não se fez o esforço para reatualizá-los. Um conceito clássico como de situação, precisa ser retrabalhado, evidentemente não da forma que se trabalhava nos anos 1930 ou 1950. Interessante, também, é constatar que os pesquisadores da ReCiMe têm até muito espírito de cooperação e o ambiente na rede não é tão hierárquico.

Eliseu: E quais são os outros projetos que você está tocando no momento, da Pós-graduação, graduação?

Jan: Os projetos nas cidades médias ou em geral?

Eliseu: Você pode relacionar com a rede ou em geral.

Jan: Estou envolvido atualmente num trabalho sob a responsabilidade do trabalho do IICA – Instituto Interamericano de Cooperação sobre Agricultura. O trabalho insere-se num projeto que se chama “Repensando o conceito de Ruralidade no Brasil” e nasceu na realidade de uma demanda dos movimentos de agricultores familiares e da experiência de uma política pública dos territórios rurais e visa repensar o que é ruralidade no Brasil ou ruralidades no Brasil? Ligadas ao urbano mas não na sombra do urbano. Minha contribuição é de propor algo arriscado: Uma Tipologia Regionalizada das Ruralidades em escala meso para servir de ponte entre as representações do território nacional, e os processos sociais em curso. Na Tipologia, de 2005, chegamos a nomear os tipos que reuniam cidades pequenas e parte das intermediárias em função de características das áreas rurais que as circundavam. Só que, na metodologia de 2005, não trabalhamos bem essas áreas rurais e no trabalho em curso é possível fazê-lo. Uma parte do trabalho vai usar técnicas de tipologia e outra parte vai usar técnicas de regionalização para chegar a algum resultado consoante com os conceitos de ruralidade tratados por outra equipe do projeto, e com referências internacionais a cargo de uma terceira equipe. Duas outras equipes trabalharão respectivamente as implicações para as políticas públicas e as implicações de natureza jurídica, considerando as instituições – rural e urbano – já que é a lei que define o que é urbano no Brasil, e o resto é o rural. A tipologia regionalizada é, no projeto, um produto intermediário a ser debatido. Lança mão do aparelho de informação, estatístico, cartográfico, fantástico à disposição dos pesquisadores brasileiros. Não sei se vocês viram o Atlas do Brasil Rural do IBGE, que foi lançado em outubro do ano passado, é um trabalho maravilhoso. O que precisamos é romper com uma prática geográfica de separação estanque entre o rural e o urbano. Nos seus piores aspectos essa separação reproduz o construto histórico de um longo preconceito. Se você pensar na colonização da terra no Brasil, ela se deu pela instituição da vila colonial com sua Câmara, formada pelos proprietários que receberam as sesmarias. O Termo da Vila Colonial era em sua maior parte terra dos “bárbaros” dos “bugres”. A Vila era centro de europeização. Portanto você tem, desde o início, a negação do território da comunidade indígena ou da possibilidade, pelo poder exercido pelos sesmeiros e, posteriormente, por meio da Lei de Terras de 1850 pelos grandes proprietários, de estabilização de uma sociedade camponesa. Quando no século XX impõe-se o modelo social-urbano-industrial, institui-se nos anos 1930 o urbano como sede do município (a cidade) e como sede do distrito (a vila) deixando o rural na sombra. Ele é sempre visto na perspectiva da produção e não como espaço de vida. A cidade é vista nas duas perspectivas. Em suma, há uma continuidade do Brasil colonial ao Brasil industrial: negar ou deixar no limbo a existência social das populações do campo. Portanto, é uma questão profunda. Neste trabalho, além dos recursos estatísticos e cartográficos, nós estamos também fazendo um levantamento da Enciclopédia dos Municípios de 1957/1960 não como uma fonte de informação do IBGE (censo universal e amostral, cadastro de localidades, cadastros de endereços para fins

estatísticos), mas como um arquivo histórico. Como os municípios estavam sendo descritos, naquela época, quando o Brasil ainda era predominantemente rural, mas ao mesmo tempo já tendo um projeto muito fortemente instituído de desenvolvimento industrial e urbano. Portanto, o que estamos fazendo agora é partir dos pequenos municípios, pensando a partir do rural, do mais disperso, do menor para chegar até os grandes. A ordem é inverter o olhar e a forma de pensar, o que é um bom exercício. A nossa tendência é sempre partir do grande para o pequeno, incorporando a hierarquia na nossa mente. A ReCiMe contribui a romper com isso.

Eliseu: É a indução funcionando...

Jan: É por aí, é só o começo do trabalho, é interessante... atrás do mapa você tem que ver a paisagem, atrás das estatísticas tem que sempre pensar o que são os gestos ou que são as práticas que essa estatística descreve até um certo ponto. Esse talvez seja o jeito do geógrafo contribuir para neste tipo de trabalho não gerar reducionismo excessivo, sempre o trabalho científico é reducionista, sempre você desvenda e ao mesmo tempo esconde uma série de objetos, agentes e processos. Por causa disso, a ciência não consegue chegar ao conhecimento completo, ilusão positivista ainda muito presente na academia. Mas o importante é gerar novas contribuições e não repetir o que já se sabe.

Paulo e Eliseu: Nós tínhamos elaborado um roteiro de entrevista e agora nós chegamos ao final com uma última pergunta. Como leria a pós-graduação no Brasil e a formação de Doutores?

Jan: Tem um plano estratégico, muito antigo, É um projeto estratégico do Brasil potência, e para ser potência tem que ter uma força na produção de conhecimento. A pós-graduação é um projeto estratégico que foi definido de cima para baixo, e que está sendo muito orientado a partir das instituições que foram criadas, como CAPES, CNPq, etc. É um projeto nacional legítimo e bem sucedido, levando a ciência brasileira a ter uma interlocução no mundo. A outra leitura seria uma leitura mais de baixo para cima tratando dos processos de consolidação de grupos que se deram a partir de condições locais, da intelectualidade local. O Brasil, durante muito tempo foi um arquipélago, e houve isso também na ciência, com grupos intelectuais regionais, em todas as regiões do Brasil. Esses dois processos se encontram, o processo de cima para baixo, e o processo de baixo para cima. Então, há duas opções: para fortalecer, vamos jogar o grosso dos recursos no que já está mais próximo de despontar em escala internacional, ou vamos distribuí-los de modo mais equitativo. É a famosa discussão sobre desenvolvimento territorial e desenvolvimento regional: na Europa discute-se entre concentrar os recursos em Londres, Paris, Berlin, os centros que são mais competitivos ou disseminá-los para garantir coesão colocando em segundo plano a competitividade. No Brasil, pode se concentrar recursos nos centros mais bem sucedidos ou atender aqueles núcleos que nasceram a partir dos processos locais e que podem não estar tão competitivos na escala internacional. No caso do Brasil é muito importante essa segunda opção bem dosada. Isso, talvez, não seja tão claro do ponto de vista da Física Nuclear, mas em Ciências Sociais sim, considerando que não são os mais importantes para uma estratégia do Brasil potência, mas que são importantes para que o Brasil incremente seu *softpower*. Como eu conheci o Brasil? Através da cultura, eu falei da

Bossa Nova e do Cinema Novo e hoje tem muito essa discussão, o Brasil não é uma potência militar, mas é uma potência que pode se tornar uma potência a partir da cultura e do interesse que internacionalmente se tem por soluções brasileiras a questões da diversidade étnico-cultural, da redução da desigualdade, das relações com a natureza. Então, no caso das Ciências Sociais, eu acho bem interessante que os recursos sejam desconcentrados porque a diversidade do território é tão grande que é indispensável multiplicar os centros de estudos considerando que o que acontece a oeste de Manaus é uma experiência muito diferente do que acontece no oeste paulista ou no litoral nordestino etc.

Por isso eu acho que, nos últimos anos, a disseminação das pós-graduações foi um processo muito rico garantindo, no médio prazo, descobertas mais interessantes, se considerarmos o território brasileiro como um grande laboratório das Ciências Sociais em geral. Um laboratório onde há ainda muito a se descobrir, certamente também nas ciências mais duras, por exemplo, na análise da biodiversidade. Estamos vivendo continuamente o risco de dar a primazia ao espírito de competição, e de nos tornarmos incapazes de criar círculos de cooperação. Milton Santos tem umas páginas interessantes sobre o que é competição exacerbada, naquele pequeno livro *Por uma outra globalização*, a guerra de todos contra todos. Primeiro, é cansativo e, segundo, eu acho que não chega a muita coisa, se nós não formos capazes de formar doutores valorizando ações mais cooperativas, fracassaremos. Por ali que eu vejo o futuro desejável da pós-graduação que, a meu ver, tem uma história de sucesso no Brasil, mas que precisa desenvolver uma ética de cooperação entre os formandos, de paz e não de guerra e de competição exacerbada.

Recebido em 10 de setembro de 2012.

Revisado em 17 de outubro de 2012.

Aceito em 17 de novembro de 2012.